



PROCESSO Nº 153/2025/PMES

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 062/2025

Unidade Requisitante: Secretaria de Saúde

Processo n ° 153/2025/PMES

Pregão Eletrônico nº 062/2025

Critério de Julgamento: Menor Preço por item.

Objeto: Registro de preços para eventual Aquisição de Materiais e Instrumentos Odontológicos, destinados ao atendimento básico da Secretaria Municipal de Saúde, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no anexo I – Termo de Referência do Edital.

SISTEMA: BBMNET LICITAÇÕES ELETRONICAS

Fundamento: Lei Federal nº 14133/2021, Decretos Municipal nº 4492/2023, 4488/2023, 4490/2023, 4493/2023, 4494/2023, 4495/2023, 4646/2024 e 4650/2024, Lei Complementar nº 123/2006 alterada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014.

Início de Recebimento das Propostas 04/11/2025 às 10h

Término do Recebimento de Propostas: 28/11/2025 até às 09h

Abertura e Análise de Proposta: 28/11/2025, às 09h10min

Início da Etapa de Lances: 28/11/2025, às 09h20min

Modo de Disputa: Aberto

EXCLUSIVO PARA ME/EPP: Não

VALIDADE DA PROPOSTA: (60 DIAS)

Acesso ao Edital: <https://novobbmnet.com.br> ou www.socorro.sp.gov.br

Local: <https://novobbmnet.com.br>



PREÂMBULO

Torna-se público que a Prefeitura do Município de Socorro, por meio da Secretaria de Administração e Planejamento – Supervisão de Licitação, sediada à Avenida José Maria de Faria, nº 71, Bairro: Salto, Socorro/SP, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases. Os trabalhos serão conduzidos por servidor da Prefeitura Municipal de Socorro, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "BBMNET Licitações", constante da página eletrônica do BBMNET – Licitações Públicas, no endereço <https://novo.bbmnet.com.br>

O participante deverá observar as datas e os horários limites previstos no presente edital para o credenciamento junto ao provedor do sistema para participação da licitação, bem como cadastramento e a abertura da proposta, atentando também para a data e horário para início da disputa.

1. DO OBJETO:

O objeto da presente licitação cuida do **Registro de preços para eventual Aquisição de materiais e instrumentos Odontológicos, destinados ao atendimento básico da Secretaria Municipal de Saúde, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no anexo I – Termo de Referência do Edital**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.1.1 Cabe aos participantes a ciência de que deverá responsabilizar-se pela qualidade dos materiais e serviços executados ou fornecidos, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto ajustado.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO:

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Plataforma BBMNET Licitações Eletrônicas da Bolsa Brasileira de Mercadorias, no endereço www.novobbmnet.com.br.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. Esta licitação destina-se a ampla participação;

2.3.1 Será assegurado o critério de desempate para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.



2.3.1.1 Equiparam-se as microempresas e empresas de pequeno porte as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

2.3.2 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte (R\$ 4.800.000,00).

2.4. Poderão participar deste Pregão empresas reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição.

2.5. Não poderão disputar esta licitação:

2.5.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.5.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.5.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.5.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.5.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.5.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.5.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.5.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.5.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.5.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

2.6. O impedimento de que trata o item 2.5.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua



controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.7. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.5.2 e 2.5.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.8. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.9. O disposto nos itens 2.5.2 e 2.5.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.10. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.11. A vedação de que trata o item 2.5.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

3.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até o fim do recebimento de propostas.

3.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.2.1. cumpre plenamente os requisitos de habilitação;

3.2.2. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada está em conformidade com o edital e que o valor ofertado compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo;

3.2.3. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.2.4. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.2.5. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas no art. 93 da Lei 8.213/1991.



3.3. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.4. O participante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.4.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “nenhuma”, impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.4.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “nenhuma”, apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.5. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.2 a 3.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.6. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.7. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, a partir da fase de julgamento e aceitação das propostas.

3.8. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.9. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para providências.

4. DO PREENCHIMENTO E ENVIO DA PROPOSTA:

4.1 As licitações aptas para o recebimento de propostas estão disponíveis na Plataforma BBMNET no menu “**Sala de Disputa**”, no campo das licitações na coluna (menu) da etapa “**Aberto para receber propostas**”.

4.1.1. O Acesso para participar das licitações está condicionado ao cadastro prévio do interessado na Plataforma BBMNET Licitações.

4.1.2. O licitante interessado poderá utilizar filtros de buscas e selecionar o lote/item de interesse e, posteriormente preencher os campos exigidos no sistema e finalizar no comando “enviar proposta”.

4.1.3. O licitante deverá enviar a sua proposta mediante o preenchimento prévio das informações exigidas no Sistema.



a) Na eventualidade de o licitante ser o fabricante ou detentor da marca do item ofertado, esta informação poderá ser preenchida com expressões como "fabricação própria", "conforme edital" e outras, evitando-se, assim, a identificação do licitante.

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.2.1. Não será admitida cotação inferior às quantidades previstas neste Edital;

4.2.2. Não será obrigatória apresentação de proposta para todos os itens, podendo o licitante apresentar proposta somente para o(s) item(ns) de seu interesse.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta dentro do período em que o sistema esteja aberto para o recebimento de proposta.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.9. Eventual sobrepreço ou superfaturamento da proposta ou lance poderá ser objeto de apuração de responsabilidade.

4.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

4.11. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.12 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.13 Não haverá necessidade de inserção de proposta inicial ou ficha técnica nesta fase.



5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES:

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local, indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a etapa de abertura da sessão pública.

5.3. Quando autorizado e devidamente justificado pelo pregoeiro, os licitantes poderão alterar a proposta anteriormente inserida no sistema durante a fase de análise de propostas.

5.3.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.3.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.3.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.4. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.5. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes, bem como as mensagens automáticas enviadas pelo próprio sistema.

5.6. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.7. O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário do(s) item(ns)**.

5.8. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.9. O licitante somente poderá oferecer lance **de valor inferior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.10. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser:



ITENS	INTERVALO		ITENS	INTERVALO
01, 32, 78, 98, 99, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153	R\$ 0,020		07, 08, 13, 14, 15, 16, 28, 29, 33, 41, 42, 46, 48, 50, 73, 74, 85, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 97, 102, 105, 106, 116, 155, 156, 158, 160, 161, 180	R\$ 0,060
02, 30, 52, 54, 65, 66, 67, 68, 95, 171	R\$ 0,100		35, 47, 70, 71, 94, 100, 103, 113, 162, 163	R\$ 0,015
03, 05, 09, 34, 49, 51, 55, 57, 58, 69, 75, 84, 110, 154, 167, 170, 172, 174, 175, 181, 182	R\$ 0,120		39, 40, 56, 165, 177, 178, 179	R\$ 0,70
04, 10, 11, 86	R\$ 0,55		59, 60, 61	R\$ 0,002
06, 26, 38, 36, 44, 45, 64, 76, 81, 82, 83, 107, 108, 112, 157	R\$ 0,030		159, 168, 169, 173, 176	R\$ 2,00
17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 31, 43, 72, 80, 101, 104	R\$ 0,040		27, 37, 53, 62, 63, 77, 79, 93, 111, 114, 115, 166	R\$ 0,20
12, 96, 109, 164	R\$ 0,40			

5.11. O procedimento seguirá de acordo com o **MODO DE DISPUTA ABERTO**.

5.12. No pregão eletrônico o **MODO DE DISPUTA “ABERTO”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações:

5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.12.4. Serão aceitos lances inferiores, iguais ou superiores ao lance de menor valor já ofertado.



5.12.5. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.12.6. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.12.7. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro **persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos a sessão pública será suspensa** e reiniciada somente após comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.12.8. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.13. Encerrada a etapa de lances, o sistema identificará as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.13.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.13.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.13.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.13.4. Não se aplicará o desempate de que tratam os arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, quando a primeira colocada também tiver se declarado microempresa ou empresa de pequeno porte.

5.14. Havendo empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.14.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.14.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.14.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.14.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade (*compliance*), conforme orientações dos órgãos de controle.

5.15. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:



5.15.1. empresas estabelecidas no território do Estado do Município licitante, em que este se localize, ou seja, Estado de São Paulo;

5.15.2 empresas brasileiras;

5.15.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.15.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.16 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.16.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.16.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.16.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.17 Será desclassificada a proposta que:

5.17.1 conter vícios insanáveis;

5.17.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

5.17.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.17.4 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.17.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

5.18 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

5.18.1 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

5.18.1.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

5.18.1.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

5.18.1.3 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

5.18.1.4 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.



5.19. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

5.20. O Pregoeiro poderá, a qualquer momento, solicitar aos licitantes esclarecimentos que julgar necessários.

5.21. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 02 horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, em campo próprio do Sistema, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.21.1. - A proposta final deverá constar:

a) As especificações do produto ofertado (Documento contendo as especificações/descriptivos técnico completo do item ofertado);

b) Valor Total da Proposta: _____ (_____);

c) O preço unitário e total por item, em moeda corrente nacional, sendo aceitas no máximo 03 (três) casas decimais após a vírgula;

d) Marca do Produto e registro na ANVISA.

e) O prazo de validade da proposta: _____ (mínimo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da abertura da sessão, podendo ser prorrogado por acordo entre as partes);

f) Condições de Fornecimento: _____ (conforme Termo de Referência);

g) Prazo de Entrega: _____ (conforme com o termo de referência);

h) Condições de pagamento: 30 (trinta) dias da emissão da Nota Fiscal;

i) Declaração: Declaro sob as penas da lei, que o(s) produto(s) ofertado(s) atende(m) todas as especificações exigidas no Anexo I – Termo de Referência;

j) Declaro sob as penas da lei, que o(s) preço(s) apresentado(s) contempla(m) todos os custos diretos e indiretos referentes ao objeto licitado.

5.21.2 A proposta final poderá seguir o modelo Anexo III.

5.21.3 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido por igual período, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.21.4 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

a) O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

5.21.5. O Pregoeiro poderá, a qualquer momento, solicitar aos licitantes esclarecimentos que julgar necessários.

5.22 Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar em até 05(cinco) dias úteis os seguintes documentos:

A) Declaração do fabricante ou da detentora do registro do produto junto à ANVISA subscrita por seu representante legal, atestando que a proponente está autorizada a comercializar o item;

B) Certificado de Boas Práticas de Fabricação do fabricante, quando aplicável.



OBS: A não apresentação ou a apresentação com irregularidades desses documentos, dentro do prazo estabelecido, poderá ensejar a revogação do registro de preços da empresa, conforme disposto no edital e na legislação vigente.

6. DA FASE DE HABILITAÇÃO:

6.1. Encerrada a etapa de negociação e aceitação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) Registro Cadastral ou Registro de Sanções Administrativas do órgão licitante; e
- b) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica (TCU) (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).
- c) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- d) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);
- e) Certidão de Apenados de Impedimentos de Contrato/Licitação (<https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa/relacao-apeados>).

6.1.1 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

6.2. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.3. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, **serão exigidos do licitante melhor classificado para fins de habilitação.**

6.4. - HABILITAÇÃO JURÍDICA:

6.4.1 - Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

6.4.2 - Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldomicroempreendedor.gov.br;

6.4.3- Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

6.4.4 - Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;



6.4.5 - Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde tem sede a matriz.

6.4.6. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

6.4.7 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

6.5 REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

6.5.1. **CNPJ** – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica emitido pelo Ministério da Fazenda.

6.5.2. Prova de inscrição no **Cadastro de Contribuintes Estadual**, relativo à sede ou domicílio do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

a - A Prova de Inscrição Estadual poderá ser verificada através da DECA ou documento oficial equivalente, emitido pelo Estado de origem da licitante;

b- Caso a empresa não possua Inscrição Estadual deverá apresentar declaração de isenção, em substituição ao item acima citado.

c - O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na **Lei Complementar n. 123, de 2006**, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

6.5.3. **Prova de regularidade para com as Fazendas Federal e Estadual do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;**

1 – **A Prova de Regularidade com a Fazenda Federal e Dívida Ativa da União deverá ser procedida através da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União** ou Certidão Conjunta relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União Positiva com efeitos de Negativa, a qual abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas na Lei Federal nº 8.212/1991, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), da sede da licitante.

2 – **A Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do fornecedor deverá ser através de Certidão Negativa de Débitos Estadual Completa, ou positiva com efeitos negativa.

OBS:

a) Prova de Regularidade Estadual obedecerá aos critérios estabelecidos em cada unidade da Federação e em qualquer caso deverão constar todos os impostos pertinentes aos cofres Estaduais.

b) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva



do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

6.5.4. **FGTS** - Prova de regularidade de recolhimento de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço-FGTS, mediante a apresentação de Certificado fornecido pela Caixa Econômica Federal.

6.5.5. **CNDT** - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, disponível no Portal do Tribunal Superior do Trabalho (www.tst.jus.br/certidao)

6.5.6. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

6.5.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

6.6. - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

6.6.1. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente (cópia da Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE), emitida pela Vigilância Sanitária local ou federal conforme a jurisdição, devidamente válida e com prazo de vigência não expirado).

6.6.2 Comprovação de aptidão para fornecimento do item de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação e certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

6.6.2.1 O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

6.7. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

6.7.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, nos termos da Lei nº 14.133/2021, art. 69, “caput”, inciso II.

6.8. AS COOPERATIVAS PARTICIPANTES DEVERÃO APRESENTAR AS SEGUINTE DOCUMENTAÇÕES COMPLEMENTARES:

6.8.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;



6.8.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

6.8.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

6.8.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

6.8.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

6.8.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

a) ata de fundação;

b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e

f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

6.8.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

6.9. PARA EMPRESAS REUNIDAS EM CONSÓRCIO:

6.9.1. comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

6.9.2. indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;

6.9.3. admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;

6.9.4. impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;

6.9.5. responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

6.10 DA COMPROVAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NO REGIME DE ME E/OU EPP:

6.10.1 – A comprovação de enquadramento no porte de Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) poderá ser realizada através de apresentação de Declaração ou Certidão de enquadramento emitida pela Junta Comercial competente ou Declaração, firmada por profissional de



contabilidade, ou outro documento oficial que comprove o enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte.

6.11 DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES DE APRESENTAÇÃO OBRIGATÓRIA:

6.11.1. O licitante deverá apresentar, as declarações abaixo sob pena de inabilitação, conforme modelo indicativo Anexo IV:

6.11.1.1 Declaração de pleno cumprimento dos requisitos de habilitação, de que inexistem fatos impeditivos, e de que não se encontra declarada inidônea, nem suspensa ou impedida de licitar e contratar com a Administração Pública.

6.11.1.2 Em se tratando de microempresa ou de empresa de pequeno porte, declaração subscrita por representante legal do licitante afirmando o seu enquadramento nos critérios previstos no artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, bem como sua não inclusão nas vedações previstas no mesmo diploma legal.

6.11.1.3 Em se tratando de cooperativa que preencha as condições estabelecidas no artigo 34 da Lei Federal nº 11.488/2007, declaração subscrita por representante legal do licitante afirmando que seu estatuto foi adequado à Lei Federal nº 12.690/2012 e que auferir Receita Bruta até o limite definido no inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

6.11.1.4 Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas no art. 93 da Lei nº 8.213/1991.

6.11.1.5 Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

6.11.1.6 Declaração de que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos II e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da CF/88.

6.11.1.7 Declaração de que observou e atende plenamente aos requisitos previstos aos parágrafos §1º, §2º, §3º do art. 4º da Lei Federal nº 14.133/21 (aplicável a ME/EPP).

6.12 – FORMA DE APRESENTAÇÃO:

6.12.1 Os documentos exigidos para fins de habilitação serão apresentados por meio eletrônico, via Sistema BBMNET.

6.12.2 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por qualquer outro meio eletrônico, desde que possível comprovar sua veracidade.

6.12.2.1 Quando houver a necessidade de apresentação de documentos originais não-digitais, os mesmos deverão ser encaminhados da seguinte forma:



CORRESPONDÊNCIA: Correio com AR, Sedex ou Remessa Expressa, ou diretamente ao setor de Protocolo do Município de Socorro, endereçando à Comissão Permanente de Contratação do MUNICÍPIO DE SOCORRO com o número do Pregão Eletrônico e do Processo, localizada na Avenida José Maria de Faria, nº 71, Bairro: Salto, Socorro/SP, CEP: 13.960-000; Prazo para envio: até 2 (dois) dias úteis após o encerramento da sessão pública, prorrogáveis por igual período a contar da data de comunicação do Pregoeiro, sob pena de invalidade do respectivo ato de habilitação e a aplicação das penalidades cabíveis;

6.12.3 Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da legislação vigente, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

6.12.4 *A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.*

6.12.5 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

6.12.6 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

6.12.7 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **Duas Horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

6.12.8 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

6.12.8.1 Eventual inabilitação do licitante será considerada para fins de apuração da veracidade das informações prestadas na declaração de cumprimento aos requisitos de habilitação, conforme o art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021.

6.12.9 A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

6.12.10 Os documentos adicionais exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo estipulado pelo pregoeiro.

6.12.11 Após a vinculação dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência:



6.12.11.1 complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

6.12.11.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

6.12.12 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

6.12.13 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

6.12.14 *Serão aceitas certidões positivas com efeito de negativas.*

6.12.15 *Os documentos expedidos por órgãos oficiais que não contenham prazo de validade específica em seu corpo serão considerados válidos por até 90 (noventa) dias, com exceção:*

a) não se enquadram no prazo de que trata este item os documentos que, pela própria natureza, não apresentam prazo de validade, que é o caso dos atestados de capacidade (responsabilidade) técnica, entre outros.

6.12.16 *Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar enquadre-se no tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro obedecerá ao disposto nos arts. 42 e 43 da Lei Complementar nº 123/06:*

6.12.16.1 – *Em se tratando de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, havendo alguma restrição na comprovação fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.*

6.12.16.2 – *A não regularização da documentação implicará decadência do direito à adjudicação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 7º da Lei 10.520/2002, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.*

7 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

7.1 Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

7.2 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:



(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

7.3 Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

7.4 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

7.5 Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

8 DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA:

8.1 Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

8.1.1 dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

8.1.2 dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

8.2 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

8.2.1 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

8.2.2 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

8.3 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

8.3.1 quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

8.3.2 quando houver o cancelamento do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 20 e art. 21 do Decreto nº 4.650/24.

8.4 Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

8.4.1 convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou



8.4.2 adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

9 ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:

9.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

9.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.1.3. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

9.1.4 **No caso de prorrogação da ata de registro de preços**, os valores registrados poderão ser **reajustados**, sendo a data-base da proposta da licitação ou do orçamento a que ela se referir, como termo inicial de contagem para aplicação do reajuste. Na hipótese de prorrogação do vínculo, que ultrapasse o limite de 12 [doze] meses, o presente instrumento será reajustado com base no índice IPCA ou outro que o vier a substituir.

9.1.4.1 O reajuste dos preços registrados será formalizado por meio de simples apostilamento, dispensada a celebração de termo aditivo à Ata de Registro de Preços.

10 NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS:

10.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

10.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

10.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

10.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, a administração pública municipal procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

10.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, a gerenciadora deverá realizar a negociação com vistas à redução dos preços registrados, bem como renegociar os valores dos contratos decorrentes da ata de registro de preços, com vistas à alteração contratual, observada o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.



10.2 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que impossibilite de cumprir o compromisso.

10.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

10.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

10.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

10.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, a gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

10.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

11 CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS:

11.1 O registro do fornecedor será cancelado pela administração pública municipal gerenciadora, quando o fornecedor:

11.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

11.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

11.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 19 §2º do Decreto Municipal nº 4650, de 2024; ou

11.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.1.4.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista no inciso IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

11.2 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 11.1 será formalizado por despacho, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

11.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.



11.4 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pela administração pública municipal gerenciadora, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

11.4.1. Por razão de interesse público;

11.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

11.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigo 18, § 3º e § 4º do art.19, ambos do Decreto Municipal nº 4.650, de 2024.

12 - DOS RECURSOS:

12.1 A interposição de recurso contra a decisão proferida pelo pregoeiro observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2 O prazo para apresentação das razões recursais é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata. A interposição do recurso será comunicada aos demais licitantes, os quais poderão apresentar contrarrazões em igual prazo, contado da interposição do recurso, sendo assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.3 A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente após a declaração de vencedor, sob pena de preclusão.

12.3.1 O tempo mínimo para **manifestação da intenção de recurso será de 10 minutos**, podendo o pregoeiro dar provimento ou negar o mesmo.

12.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

12.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.7 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13 - DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES:

13.1 O contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

13.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

13.1.2. Dar causa a inexecução parcial do contrato que cause grave danos à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

13.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

13.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

22



- 13.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 13.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 13.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 13.1.8. Apresentar declaração ou documentação Falsa durante a execução do contrato;
- 13.1.9. Fraudar a Licitação ou Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 13.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 13.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 13.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da lei nº 12.846/2013.

13.2 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

- 13.2.1. Advertência;
- 13.2.2. Multa;
- 13.2.3. Impedimento de licitar e contratar;
- 13.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

- 13.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 13.3.2. As peculiaridades do caso concreto;
- 13.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 13.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 13.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.4 A advertência será aplicada exclusivamente pela inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

13.5 A multa será aplicada no percentual de 10% do valor do contrato licitado e será aplicado ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 13.1.

13.6 O impedimento de licitar e contratar será aplicado ao responsável pelas infrações administrativas previstas no §4º do art.155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.7 A declaração de inidoneidade será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas no §5º do art.155, bem como pelas infrações administrativas também previstas §5º do art.155 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar e contratar, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.



13.7.1. A aplicação da declaração de inidoneidade será precedida de análise jurídica e observará as regras do artigo 156, § 6º, da Nova Lei de Licitações.

13.8 As sanções previstas nos itens 13.2.1, 13.2.3 e 13.2.4 poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa prevista no item 13.2.2.

13.9 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

13.10 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

13.11 Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.12 A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.12.1. Caso haja o deferimento do pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias contado da data da intimação.

13.12.2. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

13.12.3. As regras de prescrição observarão o previsto no artigo 159, § 49, da Lei 14.133/2021.

13.13 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados também se dará na forma prevista na Lei Federal nº 12.846/2013.

13.14 O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora de 10%.

13.14.1. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste edital.

13.15 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.



14 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:

14.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o Edital ou solicitar esclarecimentos, devendo protocolar o pedido no prazo de até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

14.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

14.3 A impugnação ao edital e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados na forma eletrônica, via Sistema BBMNET.

14.4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

15 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

15.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

15.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

15.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.9 O Manual de operações da Plataforma BBMNET Licitações encontra-se disponível aos interessados no Portal www.novobbmnet.com.br.

15.10 Dúvidas ou esclarecimentos adicionais sobre o uso da Plataforma BBMNET Licitações podem ser obtidas nos canais de atendimento da Plataforma BBMNET Licitações, por e-mail, whatsapp, telefone e chat disponíveis no Portal www.novobbmnet.com.br.

15.11 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.



15.12 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no Portal www.novobbmnet.com.br, e no endereço eletrônico www.socorro.sp.gov.br

15.13 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 15.13.1 ANEXO I - Termo de Referência
- 15.13.2 ANEXO II – Minuta de Ata de Registro de Preços.
- 15.13.3 ANEXO III – Modelo de minuta de proposta final;
- 15.13.4 ANEXO IV – Modelo Unificado das demais declarações.

Socorro, 30 de outubro de 2025.

Natália Turela de Carvalho
Secretária Municipal da Saúde

Procurador(a) Jurídico(a)-PMES



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. INTRODUÇÃO

O presente Termo de Referência tem como objeto o registro de preços para eventual aquisição de **instrumentos odontológicos**, destinados ao atendimento básico da Secretaria Municipal de Saúde.

2. OBJETO

O presente Termo de Referência tem como objeto o registro de preços para eventual aquisição de instrumentos odontológicos, destinados ao atendimento básico da Secretaria Municipal de Saúde, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

3. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE

A aquisição de **instrumentos odontológicos** é fundamental para garantir um atendimento adequado e continuado aos usuários dos serviços de saúde bucal oferecidos pela Secretaria Municipal de Saúde. Esses materiais são imprescindíveis para a realização de procedimentos clínicos com qualidade, segurança e eficácia, promovendo a prevenção de doenças, o tratamento adequado e a promoção da saúde bucal da população.

A necessidade desses instrumentos é permanente, pois trata-se de materiais de uso constante nas unidades de saúde, essenciais para o funcionamento regular dos atendimentos odontológicos. A ausência ou interrupção no fornecimento compromete diretamente a prestação dos serviços, podendo resultar em cancelamentos de consultas, agravamento de quadros clínicos e maior procura por atendimentos de urgência.

O registro de preços se mostra como a melhor alternativa para garantir o abastecimento regular desses instrumentos, permitindo aquisições ágeis, econômicas e conforme a demanda real das unidades. Essa modalidade assegura transparência nos processos, melhor gestão dos recursos públicos e maior agilidade na resposta às necessidades dos serviços.

Diante do exposto, fica evidente a importância e urgência na realização do registro de preços para a aquisição desses instrumentos, visando garantir um atendimento odontológico humanizado, contínuo e de qualidade aos usuários da rede municipal de saúde.

3.1 JUSTIFICATIVA PARA A ADOÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO (SRP)

A adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) para a presente contratação fundamenta-se na Lei nº 14.133/2021, especialmente em seu artigo 82, e visa assegurar maior eficiência, economicidade e flexibilidade no atendimento das demandas públicas.

3.2 JUSTIFICATIVA DA MODALIDADE E VIGÊNCIA

Justifica-se a realização da licitação, na modalidade Pregão, sob a forma eletrônica, através do procedimento auxiliar de Registro de Preços, com vigência de 12 (doze) meses, em razão da natureza variável da demanda pelos itens descritos neste Termo de Referência.



Além disso, essa escolha se mostra a mais adequada, pois, embora haja uma estimativa de consumo, a demanda real pode variar significativamente. Dessa forma, as aquisições serão efetuadas conforme a necessidade concreta, evitando gastos desnecessários para a Administração Pública, garantindo assim maior eficiência e economicidade.

3.3 BENEFÍCIOS DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

A escolha do SRP assegura vantagens estratégicas para a Administração, como: Economia de escala, por consolidar as demandas em um único processo licitatório e a redução de custos administrativos, evitando sucessivas licitações; Flexibilidade no atendimento às necessidades concretas, com solicitações realizadas por conveniência e oportunidade; Transparência e ampla participação de fornecedores, promovendo maior competitividade.

3.4 RECOMENDAÇÃO PARA O USO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

Quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes; Quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa; Quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

3.5 CONCLUSÃO FINAL QUANTO AO USO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

Conclui-se que a adoção do Sistema de Registro de Preços, com vigência de 12 (doze) meses, representa a solução mais eficiente, econômica e estratégica para atender às demandas do Gerenciador da ATA. Essa modalidade proporciona maior flexibilidade na gestão das necessidades públicas, garantindo o uso racional dos recursos e prevenindo desperdícios, como aquisições desnecessárias ou formação de estoques excessivos.

4. DEFINIÇÃO E QUANTIDADE DOS ITENS

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNIT. MÁXIMO	VALOR TOTAL MÁXIMO
1	Água Oxigenada 10 volumes (frascos de 100 ml) com validade mínima 3 anos.	FRASCOS	10	R\$11,83	R\$118,30
2	Agulha descartável de 25mm (curta) com rosca, para seringa carpule, bisel triplo e siliconizada. Validade mínima de 3 anos. Caixas c/ 100 unid.	CAIXAS	150	R\$50,00	R\$7.500,00
3	Agulha descartável de 30mm (longa) com rosca, para seringa carpule, bisel triplo e siliconizada. Validade mínima de 3 anos. Caixas c/ 100 unid.	CAIXAS	50	R\$58,33	R\$2.916,50
4	Anestésico local Cloridrato de Prilocaina com Felipressina 3% (Citocaína). Solução anestésica injetável 3%, tubetes de 1,8 ml (de cristal), Cloridrato de Prilocaina com felipressina 0,03Ui/ml. Caixas com 50 unidades. Uso adulto e pediátrico. Validade mínima de 2 anos.	CAIXAS	350	R\$274,66	R\$96.131,00



5	Envelope auto selante para esterilização tamanho 15cm x 30cm, produzido em papel grau cirúrgico e filme laminado, dotado de indicadores químicos que mudam de cor após o processo de esterilização. Pacotes com 100 unidades.	PACOTES	1.500	R\$69,00	R\$103.500,00
6	Álcool 70% - álcool etílico hidratado 70° INPM frasco com 1l. validade mínima de 2 anos	LITROS	300	R\$14,00	R\$4.200,00
7	Algodão hidrófilo, pacotes com 500grs. Validade mínima de 3 anos.	PACOTES	50	R\$29,00	R\$1.450,00
8	Anestésico tópico à base de Benzocaína para mucosa bucal contendo 12g com sabores	UNIDADES	150	R\$30,00	R\$4.500,00
9	Enxaguante bucal frasco com 2litros com válvulas para acionar o líquido. Antisséptico bucal líquido para bochecho. Validade mínima 2 anos.	FRASCOS	200	R\$77,66	R\$15.532,00
10	Solução anestésica injetável de articaina HCL 4% 1:100.000, para carpule, tubetes cristal de 1,8ml. Caixas c/50 tubetes. Validade mínima de 2 anos.	CAIXAS	200	R\$271,66	R\$54.332,00
11	Solução anestésica sem vaso constritor Cloridrato de Mepivacaina 3%. Isenta de metilparabeno. Caixas C/50 unid. Uso adulto e pediátrico. Validade mínima de 2 anos.	CAIXAS	100	R\$258,33	R\$25.833,00
12	Solução anestésica injetável 3%, tubetes de 1,8ml (de cristal), Cloridrato de Lidocaína. Caixas c/50 tubetes. Uso adulto e pediátrico/Validade mínima de 2 anos.	CAIXAS	300	R\$198,33	R\$59.499,00
13	Envelope autoselante para esterilização 9cm x 26cm, produzido em papel grau cirúrgico e filme laminado dotado de indicadores químicos que mudam de cor após esterilização. Pacotes com 200 unidades.	PACOTES	1.000	R\$35,00	R\$35.000,00
14	Espátula de Silicato nº 1 em aço inoxidável, tamanho 12cm.	UNIDADES	70	R\$30,00	R\$2.100,00
15	Aplicador de Hidróxido de Cálcio em aço inoxidável, autoclavável.	UNIDADES	70	R\$35,00	R\$2.450,00
16	Esculpidor Sindesmótomo nº 1 em aço inoxidável, não articulado, autoclavável, cortante, duas pontas em formatos diferentes.	UNIDADES	20	R\$34,00	R\$680,00
17	Brocas para contra ângulo de baixa rotação em aço comum nº1/2	UNIDADES	50	R\$18,33	R\$916,50
18	Brocas para contra ângulo de baixa rotação em aço comum nº1/4	UNIDADES	50	R\$18,33	R\$916,50
19	Brocas para contra ângulo de baixa rotação em aço comum nº01	UNIDADES	50	R\$18,33	R\$916,50
20	Brocas para contra ângulo de baixa rotação em aço comum nº02	UNIDADES	50	R\$18,33	R\$916,50
21	Brocas para contra ângulo de baixa rotação em aço comum nº03	UNIDADES	50	R\$18,33	R\$916,50
22	Brocas para contra ângulo de baixa rotação em aço comum nº04	UNIDADES	50	R\$18,33	R\$916,50
23	Brocas para contra ângulo de baixa rotação em aço comum nº05	UNIDADES	50	R\$18,33	R\$916,50
24	Brocas para contra ângulo de baixa rotação em aço comum nº06	UNIDADES	50	R\$18,33	R\$916,50
25	Brocas para contra ângulo de baixa rotação em aço comum nº07	UNIDADES	50	R\$18,33	R\$916,50
26	Carbono (papel) para articulação, espessura 100 micra, dupla	BLOCOS	300	R\$14,33	R\$4.299,00



	face azul e vermelho. Blocos com 12 folhas.				
27	Jogo de curetas para raspagem de periodontia (Cureta Gracey nº 5-6, Curetas Gracey nº 7-8, Curetas Gracey nº 11-12, Curetas Gracey nº 13-14, Curetas Mccall nº 13-14, Foice Ponta Morse nº 0- 00). Em aço inox, autoclaváveis.	JOGOS	10	R\$105,00	R\$1.050,00
28	Cartão para Radiografias com 1 furo (Pacotes com 100 unidades).	PACOTES	50	R\$27,33	R\$1.366,50
29	Cartão para Radiografia com 2 furos (Pacote com 100 unidades).	PACOTES	50	R\$27,33	R\$1.366,50
30	Cimento de fosfato de zinco (Pó+líquido), contendo aproximadamente 10ml de líquido e 28g de pó. Validade mínima de 2 anos.	FRASCOS	30	R\$47,66	R\$1.429,80
31	Coletor de Material Perfurocortante 13 litros de capacidade de armazenamento. Caixas c/10 unid.	CAIXAS	120	R\$18,00	R\$2.160,00
32	Colgadura em metal para suporte de película de Raio-X para revelação e fixação.	UNIDADES	50	R\$9,33	R\$466,50
33	Hastes Flexíveis 100% algodão. Caixas com 150 unidades.	CAIXAS	240	R\$25,66	R\$6.158,40
34	Disco de lixa para polimento de Resina com 3 sequencias de cores marron, verde e azul, (base de papel, adesivo, corante óxido de alumínio)	CAIXAS	50	R\$58,33	R\$2.916,50
35	Escova de Robson para profilaxia dentária, cerdas de nylon ultra flexível, macias, esterilizável.	UNIDADES	300	R\$6,50	R\$1.950,00
36	Escova conica / reta de silicone com base em metal usada para acabamento e polimento de restaurações.	UNIDADES	240	R\$14,66	R\$3.518,40
37	Espátula para inserção de resinas compostas, com pontas douradas , tipo THOMPSON nº 03	UNIDADES	30	R\$136,66	R\$4.099,80
38	Espelho plano nº05 para uso odontológico de excelente qualidade, resistente a esterilização em estufa, autoclaves, meios químicos, e temperatura de até 300°C, protegidos por blindagem que impeça a infiltração de líquidos em seu interior com acabamento em aço inoxidável e espelhamento de primeira superfície (visão de 1º plano, rosca universal e que tenha o nome comercial marcado na parte de metal atrás do espelho.	UNIDADES	300	R\$14,33	R\$4.299,00
39	Filme p/ RX odontológico adulto Intraoral, tamanho 31 x 41mm, cx. com 100 unidades.	CAIXAS	20	R\$318,33	R\$6.366,60
40	Filme para RX odontológico infantil, cx. com 100 unidades.	CAIXAS	15	R\$446,66	R\$6.699,90
41	Fio dental (rolos de 500 metros).	ROLOS	100	R\$25,00	R\$2.500,00
42	Babador descartável, impermeável, não estéril, resistente, cor variável, com duas camadas, sem adesivo, dimensão 30cm x 40cm. Pacotes com 100 unidades.	PACOTES	500	R\$30,66	R\$15.330,00
43	Prendedor de babador jacaré- material resistente design prático e eficiente, alta durabilidade, fácil manuseio, pode ser metal em corrente.	UNIDADES	30	R\$20,66	R\$619,80
44	Flúor Fosfato Acidulado Tixotropico Gel para aplicação tópica. Sem corantes com aproximadamente 1,23% de íons de flúor ou 12.300ppm de íons flúor uso pediátrico.Validade mínima de 2 anos. Frascos com 200ml.	FRASCOS	100	R\$13,00	R\$1.300,00
45	Flúor para bochecho a 0,2%, sem corante. Validade mínima de 2 anos.	LITROS	200	R\$13,00	R\$2.600,00
46	Formocresol com 10 ml	FRASCOS	20	R\$28,66	R\$573,20



47	Escova dental infantil – cabeça pequena, adequada para crianças, cerdas macias, cabo anatômico, cores sortidas.	UNIDADES	10.000	R\$6,50	R\$65.000,00
48	Compressa de gaze 100%, 7,5cm, com 8 dobras e 9 fios (pacote com 500 compressas).	PACOTES	1.000	R\$31,66	R\$31.660,00
49	Esponja hemostática de colágeno hidrolizado (gelatina) liofilizada. Validade mínima de 02 anos. Caixas c/10 unid.	CAIXAS	50	R\$70,00	R\$3.500,00
50	Cimento a base de hidróxido de cálcio (pasta base e pasta catalizadora) radiopaco para capeamento pulpar e forramento de cavidades. Deve acompanhar bloco de mistura. Validade mínima de 2 anos. Caixas c/1 pasta base e 1 catalizadora.	CAIXAS	50	R\$35,83	R\$1.791,50
51	Ionômero de vidro para restauração pó + líquido/ Reação redox/ ativado quimicamente, kit com bloco de manipulação, dosador, pó e líquido. Validade mínima de 3 anos.	CONJUNTOS	200	R\$62,33	R\$12.466,00
52	Cimento Restaurador intermediário (pó + líquido) Pó: Óxido de zinco 81,81g%, Sulfato de Bário 16, 16g%, Fosfato de Cálcio 2,02g%, Acefato de zinco 1,01g%. Líquido: essência de cravo da Índia (eugenol) Essência de cravo da Índia timol 5,00g% Validade mínima de 2 anos.	CONJUNTOS	50	R\$50,00	R\$2.500,00
53	Porta algodão + Porta resíduos inox- produzido em aço inox, tamanho 8cm x 10cm. Não é autoclavável.	UNIDADES DE CADA	10	R\$86,66	R\$866,60
54	Kit cirúrgico estéril composto por: 2 toalhas absorventes, 2 aventais cirúrgicos 30g, 1 campo de paciente fenestrado, 1 campo de mesa impermeável, 1 máscara tripla antiviral, 2 protetores e sugador 30g.	UNIDADES	300	R\$40,66	R\$12.198,00
55	Alavanca reta tipo Seldin infantil ice nº2 aço inox, autoclavável, indicada para auxiliar em cirurgias de extração dentária.	UNIDADES	10	R\$76,00	R\$760,00
56	Alavanca Apical Apexo nº 301, 302, 303, 304 e 305 – indicadas para cirurgias de extração dentária, confeccionadas em aço inox, autoclaváveis (5 unidades de cada numeração) .	UNIDADES DE CADA NUMERAÇÃO	25	R\$308,33	R\$7.708,25
57	Iodofórmio. Analgésico e anti-séptico de uso local intracanal no tratamento de lesões periapicais	FRASCOS	100	R\$55,00	R\$5.500,00
58	Broqueiro para armazenar brocas e pontas para esterilização química	UNIDADES	5	R\$80,00	R\$400,00
59	Lâmina para bisturi nº 10	UNIDADES	20	R\$1,40	R\$28,00
60	Lâmina para bisturi nº 12	UNIDADES	40	R\$1,40	R\$56,00
61	Lâmina para bisturi nº 15	UNIDADES	40	R\$1,40	R\$56,00
62	Limas Kerr – 15 a 25 e 25 a 40 -21 mmm	CAIXAS	40	R\$101,66	R\$4.066,40
63	Limas Hedstroen	CAIXAS	40	R\$101,66	R\$4.066,40
64	Líquido de Dakin (1000ml cada frasco). Validade mínima de 2 anos.	FRASCOS	30	R\$14,33	R\$429,90
65	Luvas descartáveis, tamanho G. Produzida com látex de borracha Natural, levemente pulverizada com pó bio absorvível, não estéril, ambidestra. Caixas c/ 50 pares luvas.	CAIXAS	50	R\$41,33	R\$2.066,50
66	Luvas descartáveis, tamanho M. Produzida c/ látex de borracha natural, levemente pulverizada	CAIXAS	500	R\$41,33	R\$20.665,00



	com pó bio absorvível, não estéril, ambidestra. Caixas c/ 50 pares de luvas.				
67	Luvas descartáveis, tamanho P Produzida c/ látex de borracha natural, levemente pulverizada com pó bio absorvível, não estéril, ambidestra. Caixas c/ 50 pares de luvas.	CAIXAS	800	R\$41,33	R\$33.064,00
68	Luvas descartáveis, tamanho PP Produzida c/ látex de borracha natural, levemente pulverizada com pó bio absorvível, não estéril, ambidestra. Caixas c/ 50 pares de luvas.	CAIXAS	800	R\$41,33	R\$33.064,00
69	Adesivo esmalte dentina fotopolimerizável. Frasco único de aproximadamente 6grs. Monocomponente com flúor. Validade mínima de 2 anos.	UNIDADES	120	R\$57,00	R\$6.840,00
70	Matriz de aço inox, rolo com largura de 7mm, espessura de 0.05mm e comprimento de 500mm (1/2m), para utilização em porta matriz para restaurações odontológicas.	UNIDADES	200	R\$5,66	R\$1.132,00
71	Matriz de aço inox, rolo com largura de 5mm, espessura de 0,05mm e comprimento de 500mm (1/2m), para utilização em porta matriz para restaurações odontológicas.	UNIDADES	200	R\$5,66	R\$1.132,00
72	Máscara cirúrgica descartável, hipoalergenica, hidrorrepelente, com elástico, cor branca. Cx com 100 unidades	UNIDADES	300	R\$21,33	R\$6.399,00
73	Micro brush para resina fotopolimerizável com 100 unidades, descartáveis (polipropileno e fibras de nylon)	CAIXAS	200	R\$25,66	R\$5.132,00
74	Óculos de proteção incolor, anti embassante	UNIDADES	20	R\$25,66	R\$513,20
75	Óleo lubrificante refil spray p motor Kavo de alta e de baixa rotação	FRASCOS	60	R\$77,66	R\$4.659,60
76	Óxido de Zinco e Eugenol (pó + líquido). Validade mínima de 2 anos.	CONJUNTOS	20	R\$15,00	R\$300,00
77	Posicionador de filme radiográfico (infantil)	UNIDADES	10	R\$90,33	R\$903,30
78	Pote de Dappen em vidro.	UNIDADES	20	R\$10,00	R\$200,00
79	Posicionador de filme radiográfico (adulto)	UNIDADES	10	R\$89,83	R\$898,30
80	Paramonoclorofenol canforado, frasco com 20ml. Validade mínima de 2 anos.	FRASCOS	60	R\$20,00	R\$1.200,00
81	Creme dental com flúor, tubos de 50grs. Validade mínima de 3 anos.	TUBOS	5.000	R\$12,00	R\$60.000,00
82	Pasta Profilática abrasiva para profilaxia dental em tubo de 50grs. Sabor tutti-frutti. Validade mínima de 3 anos.	TUBOS	50	R\$17,00	R\$850,00
83	Pedra Pomes. pó abrasivo para polimento de restaurações e limpeza dental	UNIDADES	20	R\$17,00	R\$340,00
84	Ponta montada para polimento em resinas. cx c 8 unid	CAIXAS	15	R\$88,33	R\$1.324,95
85	Porta matriz em metal	UNIDADES	20	R\$31,33	R\$626,60
86	Ponta p acabamento de resinas fotopolimerizáveis (sistema de acabamento de compositos c 7 pontas sortidas)	CAIXAS	50	R\$213,33	R\$10.666,50
87	Resina microhíbrida fotopolimerizável cor A1. Validade mínima de 2 anos.	UNIDADES	60	R\$35,00	R\$2.100,00



88	Resina microhíbrida fotopolimerizável cor A2. Validade mínima de 2 anos.	UNIDADES	100	R\$35,00	R\$3.500
89	Resina microhíbrida fotopolimerizável cor A3. Validade mínima de 2 anos.	UNIDADES	100	R\$35,00	R\$3.500
90	Resina microhíbrida fotopolimerizável cor A3,5. Validade mínima de 2 anos.	UNIDADES	60	R\$35,00	R\$2.100
91	Resina microhíbrida fotopolimerizável cor transparente. Validade mínima de 2 anos.	UNIDADES	30	R\$35,00	R\$1.050,00
92	Resina flow A1 e A2 (2 de cd)	UNIDADES	30	R\$27,66	R\$829,80
93	Revelador e Fixador de películas radiográficas. Os dois da mesma marca, acondicionados em frascos de 475ml cada. Validade mínima de 2 anos.	CONJUNTOS	50	R\$75,00	R\$3.750,00
94	Roleta dental de algodão, cilíndrico. Pacote com 100 unidades	PACOTES	500	R\$5,16	R\$2.580,00
95	Selante de Fóssulas e Fissuras fotopolimerizável. Validade mínima de 2 anos.	UNIDADES	30	R\$53,33	R\$1.599,90
96	Solução à base de quaternário de amônio contendo 5 litros. desinfetante hospitalar para superfícies fixas	GALÃO	30	R\$163,33	R\$4.899,90
97	Solução hemostática- Hemostop	UNIDADES	50	R\$35,00	R\$1.750,00
98	Gel condicionador dental, contendo ácido fosfórico a 37% para esmalte e dentina e acondicionado em seringa com 2,5ml. Validade mínima de 2 anos.	UNIDADES	250	R\$9,00	R\$2.250,00
99	Sugadores descartáveis de saliva atóxico, com a ponteira soldada ao tubo e com capacidade de manter a posição após ser flexionado. Pacotes c/40unid.	PACOTES	500	R\$12,66	R\$6.330,00
100	Roleta de Algodão, pacote com 100 unidades de roletes, algodão macios e alta absorção.	PACOTES	500	R\$4,33	R\$2.165
101	Tiras de lixa de aço, metálicas com 4mm de espessura, para acabamento de amálgama. Cada pacote c/12 unid.	PACOTES	30	R\$23,66	R\$709,80
102	Tiras de lixa de papel para acabamento e polimento dental 4mm x 170mm, média – fina com centro neutro. Caixas c/150 unid.	CAIXAS	100	R\$38,66	R\$3.866,00
103	Taça de borracha para profilaxia	UNIDADES	100	R\$5,83	R\$583,00
104	Touca descartável sanfonada tamanho único 100% polipropileno. Validade mínima de 3 anos. Pacotes c/50 unid.	PACOTES	100	R\$21,66	R\$2.166,00
105	Toalha de rosto em tecido branco	UNIDADES	50	R\$25,00	R\$1.250,00
106	Cimento provisório (tipo coltosol) potes com 20grs. Validade mínima de 2 anos.	UNIDADES	50	R\$25,00	R\$1.250,00
107	Líquido de Milton (1000ml). Validade mínima de 2 anos.	FRASCOS	50	R\$12,00	R\$600,00
108	Líquido de Dakin (1000ml cada frasco) Validade mínima de 2 anos	FRASCOS	50	R\$12,00	R\$600,00
109	Pontas para ultrassom Dabi Atlante- cada kit contém 01 ponta supra, 02 pontas sub compatíveis com ultrassom marca Dabi Atlante. Feitas de aço inoxidável finos.	KITS	10	R\$190,00	R\$1.900,00
110	Jogo de lentinhos com 4: nº 25, 30, 35 e 40 para contra ângulo.	JOGOS	03	R\$73,33	R\$219,99



111	Fio de seda trançado com agulha de aço inox nº4/0. Agulha AT 1/2 – 17mm corpo triangular 45cm de fio de seda. Caixas c/24unid. Validade mínima de 5 anos.	CAIXAS	150	R\$85,00	R\$12.750,00
112	Soro fisiológico. Solução isotônica de cloreto de sódio a 0,9% frascos plásticos de 250ml. Com tampa rosqueável. Validade mínima de 2 anos.	FRASCOS	30	R\$13,33	R\$399,90
113	Tiras de poliéster transparente, com medidas de 10mmX120mmX0,05mm. Pacotes c/50unid.	PACOTES	60	R\$5,66	R\$339,60
114	Espátulas para inserção de resinas compostas, com pontas douradas, tipo THOMPSON número 03.	UNIDADES	20	R\$95,00	R\$1.900
115	Pasta alveolar analgésica e cicatrizante para tratamento de alveolite. Validade mínima de 2 anos.	UNIDADES	30	R\$101,66	R\$3.049,80
116	Fita adesiva para máquina de selar de 15cm.	UNIDADES	30	R\$32,33	R\$969,90
117	Broca de aço diamantada, pescoço longo nº1014HL, para abertura de canais radiculares.	UNIDADES	70	R\$10,00	R\$700,00
118	Broca de aço diamantada, pescoço longo nº1015HL, para abertura de canais radiculares.	UNIDADES	70	R\$10,00	R\$700,00
119	Broca de aço diamantada, pescoço longo nº1016HL, para abertura de canais radiculares.	UNIDADES	70	R\$10,00	R\$700,00
120	Broca de aço diamantado nº3100	UNIDADES	30	R\$10,00	R\$300,00
121	Ponta diamantada modelo 3195F	UNIDADES	30	R\$10,00	R\$300,00
122	Ponta diamantada modelo 3195FF	UNIDADES	30	R\$10,00	R\$300,00
123	Broca de aço diamantada 2094	UNIDADES	30	R\$10,00	R\$300,00
124	Broca de aço diamantada 3118F	UNIDADES	40	R\$10,00	R\$400,00
125	Broca de aço diamantada 3168F	UNIDADES	40	R\$10,00	R\$400,00
126	Ponta diamantada modelo 2135F	UNIDADES	40	R\$10,00	R\$400,00
127	Broca de aço diamantada nº3168	UNIDADES	40	R\$10,00	R\$400,00
128	Broca de aço diamantado nº3017HL pescoço longo	UNIDADES	30	R\$10,00	R\$300,00
129	Broca de aço diamantada nº2094	UNIDADES	20	R\$10,00	R\$200,00
130	Broca de aço diamantada nº1011	UNIDADES	20	R\$10,00	R\$200,00
131	Broca de aço diamantada nº1012	UNIDADES	20	R\$10,00	R\$200,00
132	Broca de aço diamantada nº1013	UNIDADES	30	R\$10,00	R\$300,00
133	Broca de aço diamantada nº1014	UNIDADES	30	R\$10,00	R\$300,00
134	Broca de aço diamantada nº 1015	UNIDADES	30	R\$10,00	R\$300,00



135	Broca de aço diamantada nº1016	UNIDADES	20	R\$10,00	R\$200,00
136	Broca de aço diamantada nº1019	UNIDADES	20	R\$10,00	R\$200,00
137	Broca de aço diamantada nº1031	UNIDADES	10	R\$10,00	R\$100,00
138	Broca de aço diamantada nº1032	UNIDADES	10	R\$10,00	R\$100,00
139	Broca de aço diamantada nº1033	UNIDADES	10	R\$10,00	R\$100,00
140	Broca de aço diamantada nº1034	UNIDADES	10	R\$10,00	R\$100,00
141	Broca de aço diamantada nº1035	UNIDADES	10	R\$10,00	R\$100,00
142	Broca de aço diamantada nº1036	UNIDADES	10	R\$10,00	R\$100,00
143	Broca de aço diamantada nº3118FF	UNIDADES	30	R\$10,00	R\$300,00
144	Broca de aço diamantada nº3193	UNIDADES	40	R\$10,00	R\$400,00
145	Broca de aço diamantada nº3071	UNIDADES	40	R\$10,00	R\$400,00
146	Broca de aço diamantada nº1051	UNIDADES	10	R\$10,00	R\$100,00
147	Broca de aço diamantada nº1052	UNIDADES	10	R\$10,00	R\$100,00
148	Broca de aço diamantada nº1091	UNIDADES	10	R\$10,00	R\$100,00
149	Broca de aço diamantada nº1092	UNIDADES	10	R\$10,00	R\$100,00
150	Broca de aço diamantada nº1093	UNIDADES	10	R\$10,00	R\$100,00
151	Broca de aço diamantada nº3071	UNIDADES	40	R\$10,00	R\$400,00
152	Broca de aço diamantada nº3168F	UNIDADES	40	R\$10,00	R\$400,00
153	Broca de aço diamantada nº3168FF	UNIDADES	40	R\$10,00	R\$400,00
154	Broca Schofu esférica, cilíndrica e ponta de chama	UNIDADES	40	R\$81,66	R\$3.266,40
155	Broca Zeckrya Longa	UNIDADES	80	R\$38,00	R\$3.040,00
156	Broca Zeckrya Curta	UNIDADES	60	R\$38,00	R\$2.280,00
157	Cabo de espelho bucal plano, alumínio, comprimento 160mm, espessura 15mm, autoclavável.	UNIDADES	200	R\$14,33	R\$2.866,00
158	Pinça Clínica para algodão fabricada em aço inox de alta qualidade, tamanho 16 cm, autoclavável.	UNIDADES	200	R\$28,00	R\$5.600,00
159	Caneta de alta rotação, peça de mão destinada à remoção de cáries, remoção de restauração e à odontosecção. Pressão de acionamento 220 KPA (2,2 bar) medida com padrão 220KPA (2,2 bar) 36e/mm. Consumo de ar 37-42 l/mm	UNIDADES	20	R\$1.000,00	R\$20.000,00



	Rotação 450.000 rpm. Conexão borden 2 furos. Refrigeração através de spray único. Construção de acordo com a ISSO 7785-1				
160	Sondas exploradoras nº5 em aço inox, comprimento 160mm, espessura do cabo 5 mm, diâmetro das pontas ativas 0,5mm. Autoclaváveis.	UNIDADES	200	R\$25,66	R\$5.132,00
161	Filme em PVC transparente, rolo com aproximadamente 30cmx15m	ROLOS	20	R\$29,00	R\$580,00
162	Luva estéril 7,0 assépticas, barreira física promovendo proteção aos profissionais da saúde, reduzindo risco de contaminação. Resistente, formato anatômico, lubrificada com pó bioabsorvível e texturizada. Embalada em pares, com embalagem dupla e identificação direita e esquerda, permitindo abertura e calçamento com técnica asséptica.	UNIDADES	300	R\$3,50	R\$1.050,00
163	Luva estéril 7,5 assépticas, barreira física promovendo proteção aos profissionais da saúde, reduzindo risco de contaminação. Resistente, formato anatômico, lubrificada com pó bioabsorvível e texturizada. Embalada em pares, com embalagem dupla e identificação direita e esquerda, permitindo abertura e calçamento com técnica asséptica.	UNIDADES	300	R\$3,50	R\$1.050,00
164	Alavanca Apical Heidbrink- nº 1 (direita), nº 2(esquerda), nº3 (reta), aço inox, autoclavável. (10 unidades de cada numeração).	UNIDADE DE CADA NUMERAÇÃO	30	R\$186,66	R\$5.599,80
165	Macromodelos educativos ilustrando as 4 fases do desenvolvimento da doença periodontal. Declarar marca, nome e apresentar folheto técnico	UNIDADES	10	R\$323,33	R\$3.233,30
166	Óleo HD- hidráulico- tipo ATF para transmissões automáticas	FRASCOS	20	R\$96,66	R\$1.933,20
167	Otosporin- suspensão otológica de hidrocortisona, sulfato de neomicina, sulfato de polimixina B e excipiente q.s.q.1ml	FRASCOS	60	R\$56,66	R\$3.399,60
168	Peças de Mão do tipo contra ângulo velocidade máxima de 20.000RPM razão de transmissão de velocidade 1:1 peso 44 g (diâmetro20) 40g. (diâmetro16) pinça mecanica modelo Latch Type (LT) conexão tipo Intra conforme norma ISSO 3964 Spray 1 orifício,sistema de tubulação externa removível, faz parte do micromotor. Esterilizável até 135} em autoclave	UNIDADES	20	R\$966,66	R\$19.333,20
169	Peças de Mão do tipo reta, velocidade máxima de 20.000RPM razão de transmissão de velocidade 1:1 peso 44 g (diâmetro20) 40g. (diâmetro16) pinça mecanica modelo Latch Type (LT) conexão tipo Intra conforme norma ISSO 3964 Spray 1 orifício,sistema de tubulação externa removível, faz parte do micromotor. Esterilizável até 135} em autoclave	UNIDADES	05	R\$800,00	R\$4.000,00
170	Saco de lixo – saco plástico utilizado para descarte de lixo hospitalar, cor branca, capacidade para 30l e 60l	PACOTES	300	R\$58,33	R\$17.499,00
171	Saca brocas – remoção de brocas de caneta de alta rotação do tipo universal	UNIDADES	10	R\$48,33	R\$483,30
172	Endofrost spray utilizado para verificação de vitalidade pulpar	UNIDADES	20	R\$78,33	R\$1.566,60
173	Micromotor	UNIDADES	05	R\$1.066,66	R\$5.333,30
174	Fio de nylon com agulha de aço inox nº4/0. Agulha AT 1/2 – 17mm corpo triangular 45cm de fio de seda. Caixas c/24unid.	CAIXAS	120	R\$76,66	R\$9.199,20



	Validade mínima de 5 anos.				
175	Alavanca Pott nº1(direita), nº2(esquerda), aço inox, autoclavável. (1 unidade de cada numeração).	UNIDADES DE CADA NUMERAÇÃO	02	R\$75,00	R150,00
176	Avental de borracha plumbífera-proteção frontal 0,25 mm med. 76cm x 60cm	UNIDADES	10	R\$850,00	R\$8.500,00
177	Seladora temporizada grau cirúrgico de aquecimento instantâneo. Dimensões 480mm(comprimento), 113mm(altura), 100mm(largura). Potência 80w, frequência 50/60Hz Automático, Tensão 110v/220v Resistência constituída por metal nobre, tornando o aquecimento mais rápido sem risco de queimar o plástico. Com guilhotina.	UNIDADES	04	R\$363,33	R\$1.453,32
178	Negatoscópio para Raio X Panorâmico Periapical e ATM (19 x 33 cm) em acrílico	UNIDADES	02	R\$370,00	R\$740,00
179	Câmara para revelação de filmes periapicais. Em acrílico vermelho escuro para evitar luminosidade, copos com tampas de fácil reposição, leve, portátil, ergonômica. Dimensões do produto 32x22x25cm (C x L x A), dimensões do visor 19,2 x 9,5cm. Aros que facilitam a retirada das luvas para limpeza.	UNIDADES	04	R\$336,66	R\$1.346,64
180	Placa de vidro de tamanho: comprimento 14,5cm/ largura 7,5cm/ espessura 10mm	UNIDADES	40	R\$26,66	R\$1.066,40
181	Seringa Carpule em aço inoxidável, com refluxo, tamanho: 12,5 cm.	UNIDADES	40	R\$78,33	R\$3.133,20
182	Bandeja clínica inox tamanho: comprimento 22,5cm/ largura 9,5 cm/ altura 1 cm. Fabricada em aço inox e livre de rebarbas.	UNIDADES	50	R\$65,00	R\$3.250,00
					R\$ 1.057.633,25

4.1 ESTIMATIVA DE CONSUMO

ITEM	QUANTIDADE MÍNIMA SOLICITADA	QUANTIDADE MÁXIMA SOLICITADA	QUANTIDADE TOTAL SOLICITADA
ITEM 1	05	10	10
ITEM 2	75	150	150
ITEM 3	25	50	50
ITEM 4	175	350	350
ITEM 5	750	1.500	1.500
ITEM 6	150	300	300
ITEM 7	25	50	50
ITEM 8	75	150	150
ITEM 9	100	200	200
ITEM 10	100	200	200
ITEM 11	50	100	100
ITEM 12	150	300	300
ITEM 13	500	1.000	1.000
ITEM 14	35	70	70
ITEM 15	35	70	70
ITEM 16	10	20	20
ITEM 17	25	50	50
ITEM 18	25	50	50



ITEM 19	25	50	50
ITEM 20	25	50	50
ITEM 21	25	50	50
ITEM 22	25	50	50
ITEM 23	25	50	50
ITEM 24	25	50	50
ITEM 25	25	50	50
ITEM 26	150	300	300
ITEM 27	05	10	10
ITEM 28	25	50	50
ITEM 29	25	50	50
ITEM 30	15	30	30
ITEM 31	60	120	120
ITEM 32	25	50	50
ITEM 33	120	240	240
ITEM 34	25	50	50
ITEM 35	150	300	300
ITEM 36	120	240	240
ITEM 37	15	30	30
ITEM 38	150	300	300
ITEM 39	10	20	20
ITEM 40	08	15	15
ITEM 41	50	100	100
ITEM 42	250	500	500
ITEM 43	15	30	30
ITEM 44	50	100	100
ITEM 45	100	200	200
ITEM 46	10	20	20
ITEM 47	5.000	10.000	10.000
ITEM 48	500	1.000	1.000
ITEM 49	25	50	50
ITEM 50	25	50	50
ITEM 51	100	200	200
ITEM 52	25	50	50
ITEM 53	05	10	10
ITEM 54	150	300	300
ITEM 55	05	10	10
ITEM 56	13	25	25
ITEM 57	50	100	100
ITEM 58	03	5	5
ITEM 59	10	20	20
ITEM 60	20	40	40
ITEM 61	20	40	40
ITEM 62	20	40	40
ITEM 63	20	40	40
ITEM 64	15	30	30
ITEM 65	25	50	50
ITEM 66	250	500	500
ITEM 67	400	800	800
ITEM 68	400	800	800
ITEM 69	60	120	120



ITEM 70	100	200	200
ITEM 71	100	200	200
ITEM 72	150	300	300
ITEM 73	100	200	200
ITEM 74	10	20	20
ITEM 75	30	60	60
ITEM 76	10	20	20
ITEM 77	05	10	10
ITEM 78	10	20	20
ITEM 79	05	10	10
ITEM 80	30	60	60
ITEM 81	2.500	5.000	5.000
ITEM 82	25	50	50
ITEM 83	10	20	20
ITEM 84	08	15	15
ITEM 85	10	20	20
ITEM 86	25	50	50
ITEM 87	30	60	60
ITEM 88	50	100	100
ITEM 89	50	100	100
ITEM 90	30	60	60
ITEM 91	15	30	30
ITEM 92	15	30	30
ITEM 93	25	50	50
ITEM 94	250	500	500
ITEM 95	15	30	30
ITEM 96	15	30	30
ITEM 97	25	50	50
ITEM 98	125	250	250
ITEM 99	250	500	500
ITEM 100	250	500	500
ITEM 101	15	30	30
ITEM 102	50	100	100
ITEM 103	50	100	100
ITEM 104	50	100	100
ITEM 105	25	50	50
ITEM 106	25	50	50
ITEM 107	25	50	50
ITEM 108	25	50	50
ITEM 109	05	10	10
ITEM 110	02	03	03
ITEM 111	75	150	150
ITEM 112	15	30	30
ITEM 113	30	60	60
ITEM 114	10	20	20
ITEM 115	15	30	30
ITEM 116	15	30	30
ITEM 117	35	70	70
ITEM 118	35	70	70
ITEM 119	35	70	70
ITEM 120	15	30	30



ITEM 121	15	30	30
ITEM 122	15	30	30
ITEM 123	15	30	30
ITEM 124	20	40	40
ITEM 125	20	40	40
ITEM 126	20	40	40
ITEM 127	20	40	40
ITEM 128	15	30	30
ITEM 129	10	20	20
ITEM 130	10	20	20
ITEM 131	10	20	20
ITEM 132	15	30	30
ITEM 133	15	30	30
ITEM 134	15	30	30
ITEM 135	10	20	20
ITEM 136	10	20	20
ITEM 137	05	10	10
ITEM 138	05	10	10
ITEM 139	05	10	10
ITEM 140	05	10	10
ITEM 141	05	10	10
ITEM 142	05	10	10
ITEM 143	15	30	30
ITEM 144	20	40	40
ITEM 145	20	40	40
ITEM 146	05	10	10
ITEM 147	05	10	10
ITEM 148	05	10	10
ITEM 149	05	10	10
ITEM 150	05	10	10
ITEM 151	20	40	40
ITEM 152	20	40	40
ITEM 153	20	40	40
ITEM 154	20	40	40
ITEM 155	40	80	80
ITEM 156	30	60	60
ITEM 157	100	200	200
ITEM 158	100	200	200
ITEM 159	10	20	20
ITEM 160	100	200	200
ITEM 161	10	20	20
ITEM 162	150	300	300
ITEM 163	150	300	300
ITEM 164	15	30	30
ITEM 165	05	10	10
ITEM 166	10	20	20
ITEM 167	30	60	60
ITEM 168	10	20	20
ITEM 169	03	05	05
ITEM 170	150	300	300
ITEM 171	05	10	10



ITEM 172	10	20	20
ITEM 173	03	05	05
ITEM 174	60	120	120
ITEM 175	01	02	02
ITEM 176	05	10	10
ITEM 177	02	04	04
ITEM 178	01	02	02
ITEM 179	02	04	04
ITEM 180	20	40	40
ITEM 181	20	40	40
ITEM 182	25	50	50

4.2 CLASSIFICAÇÃO DOS ITENS QUANTO À HETEROGENEIDADE OU COMPLEXIDADE

4.2.1 Todos os itens contemplados e solicitados neste certame, deverão ser considerados como **comuns**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

4.3 DESCRIÇÃO GERAL DOS ITENS

4.3.1 Todos os itens objeto deste certame deverão obrigatoriamente apresentar embalagem individual devidamente rotulada contendo a razão social e CNPJ do fabricante, os dados do distribuidor quando aplicável, endereço completo da empresa responsável, número de registro regular na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), bem como a descrição do produto com suas especificações técnicas incluindo dimensões exatas e material de composição, conforme exigências técnicas e normativas aplicáveis à matéria.

4.3.2 Todos os itens objetos desta licitação deverão ser rigorosamente novos, inéditos em uso, isentos de quaisquer vestígios de utilização, incluindo, mas não se limitando a sinais de desgaste, furos, manchas, rasgos ou demais avarias que comprometam sua integridade ou condições originais de fabricação.

4.3.3 É condição essencial para a aceitação dos materiais que cada unidade apresente, em sua embalagem primária, a data de validade expressa de maneira permanente, visível e inalterável, conforme exigências da ANVISA, não sendo admitidas etiquetas coladas ou informações manuscritas como forma de comprovação do prazo de validade.

5. TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA EMPRESAS / JUSTIFICATIVA PARA NÃO DIVISÃO EM LOTE

5.1 A Secretaria Municipal de Saúde não irá optar pelo tratamento diferenciado para os itens deste Termo de Referência, conforme previsto no Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015.

5.2 Considerando que o referido Decreto faculta a adoção de tratamento diferenciado apenas quando não houver prejuízo ao conjunto do objeto, e permite sua não aplicação quando isso representar desvantagem



para a administração pública ou comprometer a integralidade do objeto, entende-se que a divisão dos itens é a estratégia mais vantajosa neste caso específico.

5.3 A decisão de fracionar os itens nesta licitação justifica-se pela necessidade de garantir maior eficiência operacional e econômica ao processo. A aquisição será realizada por meio de **Ata de Registro de Preços para aquisição de instrumentos odontológicos**, o que permitirá atender às demandas das unidades de saúde conforme necessidade, evitando o acúmulo excessivo de materiais e possibilitando melhor gestão dos estoques.

Além disso, essa estratégia contribui para a substituição gradual de itens, caso haja atualizações tecnológicas ou mudanças nas especificações durante a vigência da ata, promovendo maior adequação técnica às necessidades do serviço odontológico. A divisão dos itens facilita ainda o controle de qualidade dos produtos adquiridos, reduz riscos logísticos e torna mais ágil a reposição de materiais, assegurando a continuidade dos atendimentos sem prejuízos à população.

Portanto, a divisão dos itens nesta licitação está plenamente justificada como medida que promove maior flexibilidade, controle e eficiência administrativa, estando alinhada às diretrizes de economicidade e planejamento da gestão pública.

6. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

6.1 A fundamentação da contratação e seus quantitativos encontram-se pormenorizada no ETP – Estudo Técnico Preliminar.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO.

7.1 A descrição da solução como um todo encontra-se estabelecida no ETP - Estudo Técnico Preliminar.

8. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

8.1 É de responsabilidade da Detentora da ATA, manter-se durante toda a execução do contrato, em competitividade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital.

8.2 Os licitantes interessados deverão possuir objeto social (contrato social) em atividade pertinente, similar ou compatível com o objeto deste termo de referência.

8.3 Comprovação de aptidão para fornecimento do item de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação e certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado.



8.3.1 O vencedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação de legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitados pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da Gerenciadora da ATA e local em que foi executado o objeto contratado, entre outros documentos.

8.4 Deverá apresentar cópia da Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE), emitida pela Vigilância Sanitária local ou federal conforme a jurisdição, devidamente válida e com prazo de vigência não expirado.

9. AMOSTRAGEM

9.1 Considerando a **dispensa de amostragem** para esta licitação e o caráter de **registro formal de preços**, fica estabelecido que a empresa que tiver seus preços registrados na Ata deverá, **no prazo de até 5 (cinco) dias úteis a contar da convocação da Administração**, apresentar a seguinte documentação:

- **Declaração do fabricante ou da detentora do registro do produto junto à ANVISA**, subscrita por seu representante legal, atestando que a empresa proponente está autorizada a comercializar o item;
- **Certificado de Boas Práticas de Fabricação** emitido em nome do fabricante.

A não apresentação ou a apresentação com irregularidades desses documentos, dentro do prazo estabelecido, poderá ensejar a **revogação do registro de preços da empresa**, conforme disposto no edital e na legislação vigente.

10. SUBCONTRATAÇÃO

10.1 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

11. CONSÓRCIO

11.1 Será admitida a participação de consórcios, o que pode ampliar o rol de participantes, viabilizando propostas mais vantajosas, reduzindo riscos e garantindo maior eficiência à Administração, conforme o artigo 15 da Lei nº 14.133/2021.

12. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

12.1 Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei no 14.133 de 2021.

13. MODELO DE EXECUÇÃO DA CONTRATAÇÃO

13.1 DO MODO DE FORNECIMENTO



13.1.1 Fica estabelecido que a Gerenciadora da ATA deverá, obrigatoriamente, realizar o oficiamento à Detentora da ATA, para fins de comunicação oficial, exclusivamente por meio de seu canal institucional de mensagens devidamente autorizado e reconhecido pelas partes contratantes, vedado o uso de quaisquer outros meios informais de comunicação.

13.1.2 Fica estabelecido como condição obrigatória que a Detentora da ATA deverá efetuar a entrega integral dos itens solicitados pela Gerenciadora da ATA no prazo máximo de 7 (sete) dias úteis, contados a partir da data de recebimento da respectiva Autorização de Fornecimento.

13.1.3 Fica estabelecido que não será exigido valor mínimo por entrega, ficando a Gerenciadora da ATA autorizada a solicitar os produtos conforme suas demandas operacionais, mediante emissão de ordens de fornecimento específicas.

13.2 CONDIÇÕES DE ENTREGA

13.2.1 Fica estabelecido que a aquisição dos materiais será realizada de forma **PARCELADA** ao longo da vigência do contrato, mediante solicitações de quantidades específicas a serem formalizadas pela Gerenciadora da ATA por meio de Ordens de Fornecimento, observado o limite total do objeto licitado e o prazo contratual estipulado.

13.2.1 Fica expressamente estabelecido que todas as entregas dos materiais objeto deste contrato deverão ser realizadas exclusivamente na sede da Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Avenida José Maria de Faria, nº 71, CEP 13960-000, município de Socorro/SP, dentro do horário comercial das 8h às 17h, de segunda a sexta-feira (exceto feriados municipais, estaduais e federais).

13.3 DA GARANTIA

13.3.1 O objeto, deverá ser entregue com embalagem intacta, sem deterioração ou quaisquer outros fatores que possam comprometer a qualidade ou o uso do produto, em conformidade com as normas vigentes no país. Caso não haja outra especificação na descrição do produto, o prazo de validade deverá ser de, no mínimo, 2/3 do total no momento da entrega, respeitando ainda as disposições do Código de Defesa do Consumidor.

14. MODELO DE GESTÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1 A Ata de Registro de Preços deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal n. 14.133, de 2021 e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.



14.2 As comunicações entre o Órgão Gerenciador e a Detentora da Ata serão realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

14.3 Órgão Gerenciador poderá convocar representante da Detentora da Ata para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

14.4 A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelo fiscal / Gestor do contrato ou pelos respectivos substitutos (Lei Federal n. 14.133. de 2021. art. 117. caput), sendo suas atribuições aquelas previstas na **Portaria Municipal nº 11047/2025**.

Fiscal: Lucas Henrique de Lista / Matrícula nº 3457-58

Gestor: Fabiana de Fátima Galvão Aguiar / Matrícula nº 3458-62

14.5 O fiscal designado acompanhará a execução da Ata de Registro de Preços, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

14.6 O fiscal da Ata do Registro de Preços verificará a manutenção das condições de habilitação da Detentora da Ata, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes.

14.7 Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal da Ata de Registro de Preços atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor da Ata para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

14.8 Todas as despesas de seguro, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da entrega dos produtos / execução dos serviços, deverão ser de responsabilidade da Detentora da Ata.

14.9 O contrato será simplificado e representado pela Autorização de Fornecimento, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

15. OBRIGAÇÕES DA GERENCIADORA DA ATA

15.1 Receber os itens no prazo e condições estabelecidas no Edital e demais documentos; verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos itens entregues com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

15.2 Comunicar ao Órgão Gerenciador, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas nos itens fornecidos, para que sejam substituídos, reparados ou corrigidos; acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Detentora da Ata, através de comissão/servidor designado;

15.3 Efetuar o pagamento à Detentora da Ata no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;



15.4 O Órgão Gerenciador não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Detentora da Ata com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Detentora da Ata, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

15.5 Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/21, a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais de ata, representantes do Órgão Gerenciador especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º desta Lei Federal 14.133/2021, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição;

15.6 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Detentora da Ata, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/21;

15.7 O representante do Órgão Gerenciador anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da ATA, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

15.8 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos itens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato;

15.9 As exigências da FISCALIZAÇÃO se basearão nas especificações e nas Normas vigentes;

15.10 Esclarecer prontamente as dúvidas que lhe sejam apresentadas pela Detentora da Ata;

15.11 Expedir por escrito, em forma de notificação, as determinações e comunicações dirigidas à Detentora da Ata;

16. OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA

16.1 A Detentora da Ata deverá ser responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução da Ata de Registro de Preços, conforme dispõe a Lei n.º 14.133/2021;

16.2 A Detentora da Ata deverá ser responsável pelas despesas logísticas do transporte dos itens até o local de entrega.

16.3 Comunicar ao Órgão Gerenciador qualquer irregularidade relacionada com os fornecimentos dos itens;

16.4 Atender prontamente as determinações da fiscalização, provendo as facilidades para o pleno desempenho de suas atribuições;



16.5 Manter atualizada a documentação apresentada para contratação, devendo a Detentora da Ata informar ao Órgão Gerenciador, imediata e formalmente, caso ocorra, a impossibilidade de renovação ou apresentação de qualquer desses documentos;

16.6 Cumprir os prazos previstos nas Autorizações de Fornecimento;

16.7 Fica estabelecido o estrito cumprimento, por parte da Detentora da Ata, de todas as disposições constantes deste Termo de Referência e dos demais documentos integrantes do presente procedimento licitatório.

17. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO

17.1 Recebimento do Objeto

17.1.1 O objeto deste termo de referência será recebido nos termos do Decreto Municipal nº 4646, de 2024.

17.1.2 O recebimento provisório e definitivo do objeto contratual deve ser realizado conforme o disposto no Decreto Municipal nº 4646, de 2024, e em consonância com as regras definidas no edital para o objeto específico do contrato.

17.1.3 O objeto do contrato será recebido:

17.1.3.1 *“provisoriamente, de forma sumaria, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;”*

17.1.3.2 *“definitivamente, para efeito de verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, em até 30 (trinta) dias úteis da comunicação escrita do contratado.”*

17.1.4 Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, caso estejam em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta. Nessa hipótese, a Detentora da ATA será notificada e deverá substituir os mesmo em um prazo a ser estabelecido no documento de notificação. Os custos decorrentes serão integralmente suportados pela Detentora da ATA, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

17.1.5 Na hipótese de o item apresentar irregularidade não sanada, será reduzido a termo o fato e encaminhado à autoridade competente para procedimentos inerentes à aplicação das penalidades.

17.1.6 No caso de controvérsia sobre a execução / fornecimento do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.



17.1.7 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

17.1.8 A Detentora da ATA deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

17.1.8.1 A Detentora da ATA deverá efetuar a entrega dos itens em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão, sempre quando for o caso, as indicações referentes, no mínimo, a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

18. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

18.1 Os itens deverão ser entregues devidamente acompanhados da Nota Fiscal ou Fatura, bem como da comprovação da regularidade fiscal / trabalhista, a qual poderá ser constatada mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais.

18.2 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Gerenciador da ATA.

18.3 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, após o recebimento provisório e definitivo, se for o caso, ocorrerá a liquidação da despesa, nos termos da legislação vigente.

18.4 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais.

18.5 O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias corridos contados a partir da data do recebimento definitivo dos itens pelo Fiscal do Contrato, mediante a entrega da documentação pertinente pela Detentora da ATA, devidamente atestada pelo Gestor do Contrato.

18.6 Eventuais atrasos nos pagamentos não decorrente de falhas no cumprimento das obrigações contratuais principais ou acessórias por parte da Detentora da Ata, incidirá correção monetária sobre o valor devido na



forma da legislação aplicável, bem como juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados “pró-rata tempore”, em relação ao atraso verificado.

18.7 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

18.8 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

19. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

19.1 Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:

19.1.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**, através do procedimento auxiliar de Registro de Preços.

19.2 Exigências de habilitação

19.2.1 Para fins de habilitação, o licitante deverá comprovar o atendimento aos requisitos previstos no edital, quais sejam: habilitação jurídica, regularidade fiscal, trabalhista e social, bem como demais exigências eventualmente estabelecidas neste Termo de Referência.

20. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

20.1 O custo médio estimado total da contratação é de **R\$ 1.057.633,25** (Um milhão, cinquenta e sete mil, seiscentos e trinta e três reais e vinte e cinco centavos).

21. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

21.1 Tendo em vista se tratar de ata de registro de preços, foi encaminhada pela Secretaria da Fazenda a indicação da dotação orçamentária, conforme abaixo, sendo que a disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil.

21.2 Todos os itens solicitados no presente certame, possuem cadastro no PAC – Plano Anual de Contratações, sob o número: 2311, 2310, 2314, 2331, 3471, 2312, 2313, 3472, 2315, 2316, 3473, 3474, 3475, 3476, 2400, 2318, 2413, 2319, 2320, 3477, 2325, 2327, 2330, 2333, 3478, 2335, 2332, 2336, 2337, 3479, 3480, 2344, 2345, 2342, 2346, 2334, 2321, 2352, 2323, 3481, 3482, 2418, 2351, 3483, 2353, 3484, 3485, 2355, 3486, 3487, 3488, 3489, 3490, 2360, 2361, 3491, 2364, 2365, 2366, 2323, 2376, 2377, 2376, 2367, 2328, 2368, 2371, 2372, 2374, 2373, 2379, 2380, 2381, 2382, 3492, 2384, 2385, 2341, 2386, 2387, 2389, 2388, 2348, 2392, 2394, 2395, 2393, 2397, 3493, 2322, 3494, 2355, 2412, 3495, 3496, 2390, 2396, 2369, 3497, 2401, 2402, 2403, 3498, 3499, 3500, 2406, 3501, 2404, 2405, 3502, 2415, 2362, 2416, 3503, 3504, 3505, 3506, 3507, 2366, 2343, 3508, 3509, 2383, 3510, 2375, 2363, 2338, 3511, 3512, 3513, 3514, 3515, 2378, 2417, 3516, 2308, 2326, 2335.



21.3 Informações Orçamentárias:

02.06.00	- SECRETARIA DE SAÚDE
02.06.01	- Assistência Médico-Hospitalar
3.3.90.30.00	- MATERIAL DE CONSUMO
10.301.0047.2217	- Saúde Bucal

Socorro/SP, 10 de outubro de 2025

João Ricardo Pires de Souza
Chefe da Coordenadoria de Saúde



ANEXO II – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º

Registro de preços para eventual Aquisição de Instrumentos Odontológicos, destinados ao atendimento básico da Secretaria Municipal de Saúde, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no anexo I – Termo de Referência do Edital.

PROCESSO ____/202_ – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/202_

Aos ____ dias do mês de ____ do ano de ____, na cidade de Socorro, Estado de São Paulo, no **MUNICÍPIO DE SOCORRO**, com sede à Avenida José Maria de Faria, 71, centro, Socorro, Estado de São Paulo, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. _____, _____, _____, portador da Cédula de Identidade RG nº _____ e do CPF/MF nº _____, residente e domiciliado à _____, nº _____, Bairro: _____, Cidade de _____, Estado de São Paulo, responsável pelo **PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/202_**, e de outro lado, a empresa adjudicatária no(s) item(s) abaixo, homologada em ____/____/____, doravante denominada **FORNECEDOR**, com base na Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações e Decreto Municipal nº 4650/2024, têm entre si, justo e avençado a presente ata que, quando publicada, terá efeito de **compromisso de fornecimento**, observada as condições estabelecidas no ato convocatório e consoante as cláusulas que se seguem:

1 – DO FORNECEDOR REGISTRADO: A partir desta data, fica registrado neste MUNICÍPIO, observada a ordem de classificação, o(s) preço(s) do fornecedor registrado a seguir relacionado, objetivando o compromisso de fornecimento de **Insumos**, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

Empresa xxxxxxxxxxxxxxxx, CNPJ nº. xx.xxx.xxx/xxxx-xx, Inscrição Estadual nº xxxxxxxxx com sede na Rua xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx nº xxx, xxxxxxxxxxxxx, Bairro xxxxxxxxxxxx, Cidade xxxxxxxxxxxx, CEP: xxxxx-xxx, xxxxxs – SP, representada pelo Sr. (a) xxxxxxxxxxxxxxxx, nacionalidade, estado civil, cidade, RG nº. xx.xxx.xxx-x SSP-SP, CPF xxx.xxx.xxx-xx.

Item 1 - xxxx unidade: De xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Valor unitário registrado: R\$ xxx,xx (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx).

Valor total registrado: R\$ xxxxx,xx (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx).



2 – DO OBJETO:

2.1 – Registro de preços para eventual Aquisição de Materiais e Instrumentos Odontológicos, destinados ao atendimento básico da Secretaria Municipal de Saúde, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no anexo I – Termo de Referência do Edital, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

3 - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS:

3.1 O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo/ Registro/ fabricante (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade	Valor Unidade	Valor Total

3.2 A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata, obedecendo ao Art. 11 do Decreto Municipal nº 4650/2024.

4 - DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 Não será admitida a adesão à ata de registro de preços

4.2 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5 - VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade



de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pela administração pública municipal gerenciadora por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4 Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2 Mantiverem sua proposta original.

5.4.3 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5 O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital*; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 8.

5.8 O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9 Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.



5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10 Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto no item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.11 Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:

5.11.1. Convocar para negociação os demais licitantes remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.11.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.12 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6 ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:

6.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3 O detentor da ata deverá apresentar requerimento perante o órgão gerenciador, durante a vigência da ata de registro de preços ou do contrato dela decorrente, acompanhado de prova inequívoca da variação de preços dos bens ou serviços registrados.

6.1.4 **No caso de prorrogação da ata de registro de preços**, os valores registrados poderão ser **reajustados**, sendo a data-base da proposta da licitação ou do orçamento a que ela se referir, como termo inicial de contagem para aplicação do reajuste. Na hipótese de prorrogação do vínculo, que ultrapasse o limite de 12 [doze] meses, o presente instrumento será reajustado com base no índice IPCA ou outro que o vier a substituir.

6.1.5 O reajuste dos preços registrados será formalizado por meio de simples apostilamento, dispensada a



celebração de termo aditivo à Ata de Registro de Preços.

7 NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, a administração pública municipal procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, a gerenciadora deverá realizar a negociação com vistas à redução dos preços registrados, bem como renegociar os valores dos contratos decorrentes da ata de registro de preços, com vistas à alteração contratual, observada o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, a gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.



8 CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1 O registro do fornecedor será cancelado pela administração pública municipal gerenciadora, quando o fornecedor:

8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

8.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

8.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 19 §2º do Decreto Municipal nº 4650, de 2024; ou

8.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.4.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista no inciso IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.2 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.4 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pela administração pública municipal gerenciadora, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

8.4.1. Por razão de interesse público;

8.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

8.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigo 18, § 3º e § 4º do art.19, ambos do Decreto Municipal nº 4.650, de 2024.

9 DAS PENALIDADES

9.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital*.

9.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9.2 É da competência da gerenciadora a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço.



10 CONDIÇÕES GERAIS

10.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (...) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Socorro, de de 2025.

Município de Socorro

_____ - Prefeito Municipal

GESTOR DA ATA

EMPRESA DETENTORA DA ATA

TESTEMUNHAS:

Procurador(a) Jurídico(a)-PMES



ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA FINAL
(A ser apresentada após a disputa e readequada ao último lance)

Local e data.

À
Município de Socorro
A/C: Pregoeira.

Registro de preços para eventual Aquisição de Instrumentos Odontológicos, destinados ao atendimento básico da Secretaria Municipal de Saúde, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no anexo I – Termo de Referência do Edital.

Processo nº _____ - Pregão Eletrônico nº _____.

Vimos pela presente apresentar ao Município de Socorro, nos termos do processo em epígrafe, nossa proposta comercial, para a venda de _____, nos valores e condições a seguir:

Razão Social do Proponente:		CNPJ nº	
Endereço Completo:		CEP:	I.E. nº
Tel.:	e-mail:		
Nome completo do representante legal:		Cargo ou Função:	
RG nº		CPF nº	
Tel. do representante legal:		E-mail:	



Item	Qtde.	Unid.	Especificações	MARCA/ REGISTRO	Nº	Preço Unitário	Preço Total
						R\$	R\$
VALOR TOTAL						R\$	

Obs: As especificações do produto ofertado (Documento contendo as especificações/descriptivos técnico completo do item ofertado);

- a) Inserir juntamente com a proposta o **REGISTRO DO PRODUTO** junto a **ANVISA**;
- b) Valor Total da Proposta: _____ (_____);
- c) O preço unitário e total por item, em moeda corrente nacional, sendo aceitas no máximo 03 (três) casas decimais após a vírgula;
- d) O prazo de validade da proposta: _____ (mínimo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da abertura da sessão, podendo ser prorrogado por acordo entre as partes);
- e) Local de entrega: conforme Autorização de Fornecimento: _____ (conforme Termo de Referência);
- f) Prazo de entrega: _____ (conforme com o termo de referência);
- g) Condições de pagamento: 30 (trinta) dias da emissão da Nota Fiscal;
- h) Declaro sob as penas da lei, que o(s) produto(s) ofertado(s) atende(m) todas as especificações exigidas no Anexo I – Termo de Referência;
- i) Declaro sob as penas da lei, que o(s) preço(s) apresentado(s) contempla(m) todos os custos diretos e indiretos referentes ao objeto licitado.

XXXXX de de 20__.

Nome da empresa + Carimbo
Nome do responsável legal da empresa
RG do responsável/CPF do responsável



ANEXO “IV”

MODELO REFERENCIAL DE DECLARAÇÕES

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

A _____ inscrita no CNPJ sob nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____ DECLARA:

1) que cumpre plenamente as exigências e os requisitos de habilitação previstos no instrumento convocatório do Pregão Eletrônico nº ____/2024, realizado pelo Município de Socorro, inexistindo qualquer fato impeditivo de sua participação neste certame.

2) para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21, que não possui em seu quadro de pessoal empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

3) que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório, inclusive condenação judicial na proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, transitada em julgada ou não desafiada por recurso com efeito suspensivo, por ato de improbidade administrativa, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4) que não se encontra declarada inidônea, nem suspensa ou impedida de licitar e contratar com a Administração Pública.

5) que observou e atende plenamente aos requisitos previstos aos parágrafos §1º, §2º, §3º do art. 4º da Lei Federal nº 14.133/21 (aplicável a ME/EPP);

6) que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na CF/88, leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação.

7) que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.

8) Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos II e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da CF/88.



9) Que, em se tratando de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento estabelecido em seus arts. 42 a 49.

(local do estabelecimento), de _____ de 20____.

Representante Legal/Procurador

(nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal/procurador)